



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

CAPA DO EDITAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968

Pregão Eletrônico nº PE008/2023
SEI Nº 7007218-92.2022.8.08.0000
CIC TCE-ES n.º 2023.500J1200001.01.0004

Data de Abertura: 31/01/2023, às 14:00 no
sítio www.gov.br/compras/pt-br/

Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações

Esclarecimentos: Até dia 26/01/2023
Impugnações: Até dia 27/01/2023
Os pedidos devem ser feitos pelo e-mail
contratacao@tjes.jus.br

Contatos:

(27) 3334-2172/2328/2193 –
contratacao@tjes.jus.br

Os Esclarecimentos /Impugnação e respostas/decisão serão disponibilizados no sítio do Portal
Transparência do PJES (www.tjes.jus.br > Portal da Transparência > Licitações e Contratos > Licitações)

Objeto

Contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Registro de Preços

NÃO

Participação Exclusiva de ME e EPP

NÃO

Forma de Julgamento

Menor valor total do Lote

Forma de Adjudicação

Lote

Modo de Disputa

Aberto e Fechado

Valor Total Estimado da Contratação

R\$ 207.230,61 (duzentos e sete mil duzentos e trinta reais e sessenta e um centavos).

Habilitação (vide item 9)

REQUISITOS BÁSICOS DA HABILITAÇÃO:

- 1) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.
- 3) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 4) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social.
- 5) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Estado em que for sediada a licitante;
- 6) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Município em que for sediada a licitante;
- 7) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data de realização da licitação.
- 8) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – CNDT.
- 9) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura da licitação, se outro não estiver nela fixado.
- 10) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei e no prazo estabelecido pela IN 2003/2021 da Receita Federal, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios.
 - 10.1) O Balanço Patrimonial do ano imediatamente anterior à licitação, será exigido a partir do dia 01 de junho do corrente ano.
 - 10.2) O Balanço das sociedades por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial.
 - 10.3) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, registrado na Junta Comercial,



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

certificado por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade competente, no qual estejam mencionados, expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do "Livro Diário" em que o Balanço se acha regularmente transcrito.

10.3.1) A apresentação do balanço registrado na Junta Comercial poderá ser substituído por recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

10.4) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência apresentarão Balancetes do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado.

10.5) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os índices de Liquidez Geral, de Solvência Geral e de Liquidez Corrente iguais ou maiores que 01 (um).

10.6) O licitante que apresentar qualquer dos índices menor do que 01 (um) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% do valor estimado para a contratação.

Obs1: Será verificada a Prova de Regularidade com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para empresas sediadas fora do Estado;

Obs2: Todos os documentos básicos acima deverão estar atualizados no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou o licitante deverá encaminhá-los em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública.

REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:

1) As licitantes deverão apresentar **Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

OBSERVAÇÃO:

Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, não devendo exceder o limites máximos, conforme descrito na tabela abaixo:

Franquia	Limite Máximo
Normal	R\$ 2.500,00
Blindagem	R\$ 2.500,00

A PROPOSTA E TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER CADASTRADOS ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO E/OU INABILITAÇÃO.

TODOS OS DOCUMENTOS (EDITAL, AVISOS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E OUTROS) ESTARÃO DISPONÍVEIS NO SÍTIO DO PJES.

www.tjes.jus.br > Portal da Transparência > Licitações e Contratos > Licitações

ESTA CAPA É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023
PROCESSO SEI Nº 7007218-92.2022.8.08.0000
CIC-TCEES Nº 2023.500J1200001.01.0004
TIPO: MENOR PREÇO

Legislação: Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Estadual nº 618, de 10 de janeiro de 2012, e, subsidiariamente, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.078 (CDC), de 11 de setembro de 1990. Ato Normativo nº 123, de 09 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos Decretos Federais nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013, e suas eventuais atualizações, nas contratações públicas no âmbito do PJES e **Ato Normativo nº 041/2022 (Designação dos Pregoeiros e Equipes de Apoio)**, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/04/2022.

Órgão Interessado: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, UASG 925968**, CNPJ 27.476.100/0001-45, sediado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, Cep: 29.050-906, telefone (27) 3334-2000 e site www.tjes.jus.br.

Sessão Pública dia: 31 de janeiro de 2023, às 14:00 horas (horário de Brasília), com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/).

ANEXO QUE COMPÕE O EDITAL:

ANEXO I - Termo de Referência (Em arquivo anexo ao Edital)

Adendo I – Planilha de preços máximos/modelo de proposta

ANEXO II – Minuta de Contrato

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a **contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, conforme especificações constantes do **Anexo I** deste Edital. **CATSER: 90-6**

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seu Anexo.

2.2 - Não poderão participar deste Pregão:

- a) Consórcio de empresas, tendo em vista a baixa complexidade do objeto contratado bem como a ausência de vultuosidade da contratação;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa suspensa de licitar e contratar com o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do Art. 87, III da Lei 8.666/93;
- d) Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/2002;
- e) Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;
 - e.1) **Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.**
- f) Empresa cujos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, sejam membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo.
- g) Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Resolução CNJ 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22.06.16).

g.1) A vedação constante na alínea “g” deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

g.2) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

h) A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

i) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 9/2005).

j) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

k) Havendo alteração no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada ao Tribunal de Justiça para as providências julgadas cabíveis.

l) Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), quando atuarem nessa condição.

m) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

2.3 - Em cumprimento ao disposto no inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, o licitante deverá manifestar, em **CAMPO PRÓPRIO** do Sistema Eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitações previstas no edital.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio (www.gov.br/compras/pt-br/).

3.2 - O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (arts. 10 e 11 do Decreto Federal 10.024/2019). O qual dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.4 - O uso da **senha de acesso** pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

4.1 - A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, concomitantemente com os documentos de Habilitação exigidos no item 9 e listados na **CAPA DO EDITAL**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **COM VALOR TOTAL DO PRÊMIO PARA O LOTE ÚNICO, (somatório dos valores referentes aos itens do lote), a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão**, quando, então, encerra-se automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 - A proposta comercial, com valores monetários em reais, deverá respeitar as especificações constantes do **Adendo I**;

4.2.1 - O valor total máximo a ser pago pelo LOTE será de:

LOTE ÚNICO: R\$ 207.230,61 (duzentos e sete mil duzentos e trinta reais e sessenta e um centavos).

4.2.2 - Os valores unitários propostos para cada item do Lote, não poderão ultrapassar os valores unitários máximos informados na planilha do Adendo I.

4.2.3 - Havendo divergências entre as especificações do código CATSER e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

4.3 - O licitante se responsabilizará formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 - A proposta somente poderá conter duas casas decimais e **será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.**

4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.7 - A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

a) Validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;

b) Prazo de vigência da apólice, que será de **12 (doze) meses, a contar de 00:00 h do dia 03/03/2023, findando-se às 23h59min do dia 03/03/2024.**

b.1) Caso a emissão da apólice ocorra em momento posterior à data inicial anteriormente prevista, deverá nela constar o prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da data da emissão, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme disposto no art.57, inciso II, da lei 8666/1993.

c) Prazo de vigência do Contrato: O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de emissão da apólice de seguro, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

d) A emissão da apólice de seguro deve estar de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi) e deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, junto com o manual do segurado.

e) As importâncias mínimas seguradas serão as descritas no item 5.2 do Termo de Referência – Anexo I.

f) A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observado o item 5.3 do Termo de Referência – Anexo I.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

g) A autorização de reparo do veículo segurado deverá ser no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação do sinistro.

4.8 - O licitante deverá preencher, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Comprasnet, as seguintes declarações:

- a)** De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993;
- b)** De Inexistência de Fato Superveniente, impeditivo de sua habilitação no certame;
- c)** De conhecimento e concordância com as condições estabelecidas no edital e de atendimento aos requisitos de habilitação.
- d)** De Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- e)** De enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte da Junta Comercial, se for o caso.

5 - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta, via sistema eletrônico, por comando do pregoeiro, que verificará as propostas apresentadas, desclassificando, fundamentadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.2 - Após, o sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6 - DA FORMULAÇÃO E JULGAMENTO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para o objeto cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos **no valor total do lote**, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais **lances iguais**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.5 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado por **LOTE**, vedada a identificação do licitante.

6.6 - No caso de **desconexão** do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por **tempo superior a dez minutos**, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 - Neste Pregão o **MODO DE DISPUTA** adotado é o **ABERTO E FECHADO**, assim definido no Art. 31, inciso II, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.8.1 - Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

- a)** Encerrado o prazo acima previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- b) Após o prazo acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- c) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem "b" acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- d) Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens "b" e "c" acima, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem.
- e) Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens "b" e "c", haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem "d".
- f) Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem "e".

6.9 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.10 - Na fase de aceitação da proposta, o licitante com a proposta melhor classificada deverá enviar, após CONVOCAÇÃO do pregoeiro via CHAT, no prazo de até 02 (duas) horas, a Proposta Comercial relativa ao seu último lance, com valores unitários dos itens e total do lote, conforme planilhas do Adendo I do Termo de Referência - Anexo I.

6.10.1 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, decidindo sobre sua aceitação, divulgando, em seguida, o resultado do julgamento das propostas de preços.

6.10.2 - A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa constando seu endereço completo, telefones, e-mails e nome completo, cargo e CPF do Representante Legal.

6.10.3 - O pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre sua aceitação, divulgando, em seguida, o resultado de sua análise.

6.10.4 - Após o prazo de 2 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, conseqüentemente, sua proposta será **DESCLASSIFICADA**.

6.10.4.1. A não apresentação de documentação exigida no certame, além da desclassificação, ensejará apuração de responsabilidade por parte do licitante bem como a possibilidade de aplicação de sanção, conforme previsto no item 14.1 deste edital, com base no art. 7º da Lei 10.520/2002, e recomendação do Acórdão 754/2015 do Tribunal de Contas da União.

6.10.4.2 - Em casos excepcionais, devidamente motivados no "chat", o Pregoeiro poderá estender o prazo para o envio da proposta.

6.11 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, decidindo sobre sua aceitação, divulgando, em seguida, o resultado do julgamento das propostas de preços.

6.12 - Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.12.1 - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

7.1 - Aplicar-se-ão as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 618/2012 às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, previamente identificadas no sistema, por ocasião da participação neste certame licitatório.

7.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

7.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

7.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

7.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

7.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

7.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

7.3 - Neste procedimento será assegurada, como critério de **desempate**, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.3.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta de melhor preço.

7.4 - Para efeito do disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual nº. 618/2012, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.4.2 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **7.3.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5 - Na **hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.4**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6 - O disposto no item 7.4 **somente se aplicará** quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a **de menor valor total do lote**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado por **lote** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF.

9.1.2. Consulta consolidada de Pessoas Jurídicas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar será verificada por meio dos documentos listados na **CAPA DO EDITAL**, quais sejam:

9.2.1. REQUISITOS BÁSICOS DE HABILITAÇÃO (SICAF), no tocante à documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade trabalhista e fiscal e qualificação econômico-financeira.

9.2.1.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, exigidas neste Edital, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública, a respectiva documentação atualizada.

9.2.1.2. O descumprimento do item acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos/certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar o(s) documento(s) válido(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.1.3. O licitante terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, para envio dos documentos complementares à habilitação (quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, não podendo constar documentos novos, que deveriam ter sido cadastrados juntamente com a proposta), conforme o § 9º do art. 26 e § 2º do art. 38 do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO anexados no sistema pelo licitante, concomitantemente com a proposta, antes da abertura da sessão pública.

9.3 - Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ** e **endereço**.

9.3.1 - Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

9.3.2 - Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

9.4 - Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá solicitar o envio, em original ou cópia autenticada, de alguma documentação de habilitação, previamente enviada junto com a proposta ou verificada no SICAF, a qual deverá ser encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Pregoeiro via "chat" do sistema.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

9.6 - O Poder Judiciário do Espírito Santo não é unidade cadastradora do SICAF, apenas consultor.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, **preferencialmente**, na forma eletrônica (contratacao@tjes.jus.br).

10.2 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação, **ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, devidamente auxiliado:

10.2.1 - Pela equipe de apoio, quando o conteúdo da impugnação tratar de questões relativas às regras gerais do edital; e

10.2.2 - Pela unidade demandante, responsável pela elaboração do Termo de Referência, quando se tratarem de questões técnicas relativas ao objeto da licitação.

10.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11 - DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E ALTERAÇÕES

11.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **preferencialmente**, por meio eletrônico, **via internet**, no endereço contratacao@tjes.jus.br, ou ainda, por meio de fac-símile (27-3334-2335).

11.2 - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

11.3 - As respostas aos **pedidos formulados** bem como os **comunicados** ou **alterações** necessárias serão divulgados prioritariamente no endereço eletrônico www.tjes.jus.br > [Portal da Transparência](#) > [Licitações e Contratos](#) > [Licitações](#), sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas, observado o disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993.

11.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem** os prazos previstos no certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, exclusivamente via sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.1 - A manifestação de intenção para recorrer deverá conter a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer e deverá ocorrer no período máximo de 30 (trinta) minutos após a pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final;

12.1.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso no prazo mencionado implica decadência desse direito.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

12.2 - O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) à Autoridade Superior, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em **05 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à Autoridade Superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.3 - Julgado improcedente o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.4 - Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Nessa sessão, o pregoeiro dará continuidade ao certame atendendo às condições e especificações fixadas neste Edital.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação.

13.2 - A autoridade competente deste Órgão homologará a licitação, e a Administração convocará o adjudicatário para **assinar o contrato** no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, da data da convocação.

13.3 - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, a autoridade competente adjudicará e homologará o resultado da licitação.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não emitir a apólice, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2 - O descumprimento do prazo para a emissão da apólice, ou a recusa em emití-la, implicará na cobrança de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do valor total segurado e no impedimento de contratar com o Estado do Espírito Santo pelo período de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

14.3 - As penalidades pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas aplicar-se-ão conforme previsão do item 15 do Termo de Referência – Anexo I, que integra este edital.

14.4 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.

14.5 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório por parte do adjudicado/contratado.

14.6 - Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste Órgão.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do PJ/ES alocados na Atividade **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elemento de Despesa **3.3.90.39.69** consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.



16 - DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

16.1 - O licitante vencedor ficará obrigado a:

16.1.1 – Assinar o contrato no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da sua convocação;

16.1.2 - Emitir e entregar a apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, conforme estabelecido no Anexo I, e contendo todos os dados do veículo (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi);

16.1.3 - Garantir o seguro dos veículos deste Órgão pelo período contratado;

16.1.4 - Manter, durante a vigência da apólice, preposto especialmente designado para atender à Contratante durante toda a execução do contrato. Devendo, num prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato, informar dados completos do referido preposto à Seção de Transporte do PJ/ES;

16.1.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

16.1.6 - Informar os dados de seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento.

16.1.7 - **Cumprir todas as obrigações fixadas** neste Edital e em seu Anexo, sujeitando-se às penalidades previstas no caso de inadimplemento.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo na Apólice, conforme item 16 do Termo de Referência, desde que não haja fato impeditivo para o qual de alguma forma, tenha concorrido a adjudicatária.

17.2 - O pagamento será feito mediante pagamento de boleto/fatura com código de barras ou creditado em conta corrente bancária indicada na Nota Fiscal, devendo ficar explícitos o banco, agência, localidade e número da conta corrente.

17.2.1 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

17.2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

17.3 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei 9.317/1996 e a Lei Complementar nº 123/2006.

17.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será ela devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o TJ.

17.5 - A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do Tribunal de Justiça, quando do pagamento da Nota Fiscal à contratada, reterá valores em função de ato punível por multa.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a juntada posterior, por parte das licitantes, de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2 - Fica assegurado ao PJ/ES o direito de revogar esta licitação em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

18.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.4 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o atendimento ao interesse público, ao princípio da isonomia, à finalidade e à segurança da contratação.

18.5 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços, o prazo será reaberto, quando a alteração afetar a formulação das propostas.

18.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.7 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

18.8 - Fica eleito o foro de Vitória-ES para solucionar as questões decorrentes desta licitação.

18.9 - O Edital e seus Anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço www.gov.br/compras/pt-br/ bem como no site do Tribunal de Justiça através do link: http://aplicativos.tjes.jus.br/sistemaspublicos/consulta_licitacao/consulta.cfm - Pregão, e poderá ser lido ou obtido na **Seção de Contratação** do Tribunal de Justiça - ES, situado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60- subsolo, Enseada do Suá, Vitória – ES, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 18:00 horas. Telefone para contato: (27) 3334-2328/3334-2335.

Vitória/ES, 17 de janeiro de 2023.

Marize Monteiro da Silva
Pregoeira Substituta¹

¹ Edital assinado e rubricado pelo(a) Pregoeiro(a) em obediência à Ordem de Serviço n.º 003/2016, publicada pela Secretaria Geral no Diário da Justiça do dia 19/04/2016.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA (1374385)

*** ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ADENDO I – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS/MODELO DE PROPOSTA

Ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

Pregão nº PE008/2023

LOTE ÚNICO (Catser 90-6)							
ITEM	MARCA	MODELO	TIPO	PLACA	ANO	COMB.	PREÇO MÁXIMO DO PRÊMIO
1	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6187	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
2	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6188	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
3	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6189	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
4	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6190	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
5	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6191	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
6	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6192	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
7	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6193	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
8	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6194	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
9	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6195	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
10	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6196	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
11	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6197	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
12	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6198	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
13	Toyota	Corolla GLI 1.8 AT.	Automóvel	OCZ6199	11/12	Flex	R\$ 2.650,00
14	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3736	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
15	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3737	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
16	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3738	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
17	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3739	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
18	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3740	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
19	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPH3741	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
20	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2454	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
21	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2455	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
22	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2456	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
23	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2457	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
24	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2458	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
25	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2459	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
26	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2460	15/16	Flex	R\$ 2.733,18



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

27	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2461	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
28	Toyota	Corolla GLI 1.8 CVT	Automóvel	PPI2462	15/16	Flex	R\$ 2.733,18
29	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	QRD9135	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
30	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A19	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
31	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A65	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
32	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A69	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
33	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A63	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
34	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A60	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
35	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A57	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
36	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A51	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
37	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A46	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
38	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A49	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
39	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A42	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
40	Nissan	Sentra SV 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A35	19/20	Flex	R\$ 2.822,94
41	Nissan	Sentra SL 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A29	19/20	Flex	R\$ 2.993,26
42	Nissan	Sentra SL 2.0 CVT	Automóvel	RBA0A71	19/20	Flex	R\$ 2.993,26
43	Toyota	Corolla GLI 1.8 MT.	Automóvel Blindado	OCZ6202	11/12	Flex	R\$ 2.500,00
44	Toyota	Corolla XEI 2.0	Automóvel Blindado	OVL9766	13/14	Flex	R\$ 2.500,00
45	Toyota	Corolla XEI 2.0	Automóvel Blindado	OVL9767	13/14	Flex	R\$ 2.500,00
46	Toyota	Corolla XEI 2.0	Automóvel Blindado	OVL9768	13/14	Flex	R\$ 2.500,00
47	Toyota	Corolla XEI 2.0	Automóvel Blindado	OVL9769	13/14	Flex	R\$ 2.500,00
48	Nissan	Sentra SL 2.0 CVT	Automóvel Blindado	RBA0C40	19/20	Flex	R\$ 3.186,51
49	Renault	Duster ZEN 16	Misto Camioneta	RQM6A44	21/22	Flex	R\$ 2.907,63
50	Renault	Duster ZEN 16	Misto Camioneta	RQM6A49	21/22	Flex	R\$ 2.907,63
51	Honda	CRV EXL	Camioneta	MTZ8619	11/12	Gasolina	R\$ 2.519,54
52	Ford	Ranger XLT 13P	Camioneta	MQZ2816	06/06	Diesel	R\$ 4.180,46
53	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D M/T GLX	Caminhonete / C.Dupla	OYF1770	14/14	Diesel	R\$ 4.840,68
54	VW	Comil Svelto U 17-210	Ônibus	MTA7702	02/02	Diesel	R\$ 3.166,26
55	VW	Comil Svelto U 17-210	Ônibus	MQG7771	05/05	Diesel	R\$ 3.175,37
56	M. Benz	O 400 RSL	Ônibus	MRK0638	95/95	Diesel	R\$ 5.849,91
57	Agrale	10000 S	Caminhão Baú	OYK4256	16/16	Diesel	R\$ 5.748,86
58	Agrale	10000 S	Caminhão Baú	OYK4257	16/16	Diesel	R\$ 5.748,86
59	Ford	Cargo 815e	Caminhão Baú	MTW8046	10/11	Diesel	R\$ 5.734,84
60	Ford	Cargo 815e	Caminhão Baú	MTW8049	10/11	Diesel	R\$ 5.734,84
61	Ford	Cargo 815	Caminhão Baú	MOZ6381	03/03	Diesel	R\$ 5.719,66
62	Fiat	Ducato TA 2.8 JTD	Minibus	MSI3769	09/09	Diesel	R\$ 4.423,56
63	Fiat	Ducato TA 2.8 JTD	Minibus	MSI3796	09/09	Diesel	R\$ 4.423,56



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

64	Fiat	Ducato TA 2.8 JTD	Minibus	MSK7722	09/09	Diesel	R\$ 4.423,56
65	Renault	Duster ZEN 16	Misto Camioneta	SFP5E12	22/23	Flex	R\$ 4.729,38
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE							R\$ 207.230,61

Franquia	Limite Máximo
Normal	R\$ 2.500,00
Blindagem	R\$ 2.500,00

As especificações detalhadas dos veículos estão dispostas no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

A proposta apresentada deverá atender a todas as condições estipuladas no item 4.7 e 6.10 do Edital.

A Validade desta proposta é de 90 (noventa) dias a partir da data de sua apresentação.

Em cumprimento à Resolução do **CNJ nº 07/2005**, atualizada pela Resolução nº 229, de 22.06.16, **DECLARAMOS** que nossos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, não são membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo e que não temos em nosso quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo.

Dados da Empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Dados do Representante Legal que irá assinar o contrato:

Nome completo do representante:

Cargo:

RG nº:

CPF nº:

E-mail:

Empresa
CNPJ



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA PRÓPRIA DE
VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO.

CONTRATO Nº [REDAZIDA]
PROCESSO SEI Nº 7007218-92.2022.8.08.0000
CIC-TCEES Nº 2023.500J1200001.01.0004

CONTRATANTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado por seu Secretário Geral, **MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE**, CPF 031.978.767-25, na forma da Emenda Regimental nº 004/2015 de 09 de dezembro de 2015, do Exmo. Senhor Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

CONTRATADA: _____ Razão Social _____, CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, nº __, Bairro _____, Cidade _____, UF __, CEP: _____, Telefone: (____) _____-_____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada seu sócio-_____, Sr(a) _____, portador(a) da CI _____ e CPF _____.

Resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os termos do processo **7007218-92.2022.8.08.0000** e da proposta apresentada pela contratada, datada de ____/____/2023, que integram este instrumento, independente de transcrições, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições estipuladas na proposta que contrariem as disposições deste contrato, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem por objeto a **contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão nº **PE008/2023** e na Proposta Comercial da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA METODOLOGIA DE TRABALHO E IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

2.1 - O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada na Grande Vitória e indicada pela Contratada, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme hipóteses estabelecidas no item 5.1.1 do Termo de Referência.

2.2 - Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, podendo ser consultado pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

2.3 - Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo TJES, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

2.4 - A **Importância mínima segurada de RCF-V*** (Danos Materiais) por veículo será de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

2.4.1 - * RCF-V - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - Danos Materiais e Danos Corporais - Esta cobertura objetiva, a critério da Seguradora, indenizar diretamente o terceiro ou reembolsar o Segurado das quantias que ele for obrigado a pagar quando acionado judicialmente, em decorrência de:

- a) Indenizações em virtude de sentença judicial cível transitada em julgado ou de acordo autorizado previamente e de modo expresso pela Seguradora, mediante comprovação dos danos involuntários, materiais e corporais causados a terceiros, exceto às pessoas transportadas pelo próprio veículo segurado. As referidas coberturas devem ter sido contratadas separada e expressamente, mediante respectivo pagamento de prêmio.
- b) Despesas com custas judiciais do foro civil e com honorários de advogados nomeados pelo Segurado, ao final do processo judicial, sempre que tais despesas decorrerem de reclamações de terceiros cobertos pelo presente contrato.
- c) Valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

2.5 - A Importância mínima segurada de RCF-V* (Danos Pessoais) por veículo será de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

2.6 - A Importância mínima segurada de APP** (Morte) será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa;

2.6.1 - ** APP - Acidentes Pessoais de Passageiros - Morte ou Invalidez Permanente - Esta cobertura garante, dentro dos limites estipulados na apólice, o pagamento de indenização à vítima ou a seus Beneficiários, se o passageiro sofrer lesão corporal e/ou morte em decorrência de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado, devidamente licenciado para o transporte de pessoas.

A cobertura de APP deve ser contratada conjugada a uma das coberturas para o Automóvel ou a uma das coberturas de RCF-V. Este seguro cobre morte ou invalidez permanente total ou parcial de passageiros (incluindo o condutor) causados em razão de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado.

A cobertura do seguro começa no momento da entrada do passageiro no veículo e termina no momento de sua saída. Passageiros são todas as pessoas que estiverem sendo transportadas no veículo segurado, inclusive o condutor. O número de passageiros limita-se à lotação oficial do veículo.

2.7 - A Importância mínima segurada de APP** (Invalidez) será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FRANQUIA E SALVADOS

3.1 - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

3.1.1 - Os valores das franquias são os constantes da tabela abaixo e deverão constar obrigatoriamente na Apólice, considerando as informações e detalhes constantes nos itens 5 e 6 do Termo de Referência: *(*Preencher conforme proposta da vencedora)*

Franquia	Valor
Normal	R\$ xxxx,xxx
Blindagem	R\$ xxxx,xxx

3.1.2 - Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 200,00 (duzentos reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.1 (acima) destas especificações.

3.1.2.1 - A franquia de que trata este subitem será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.1.3 - Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a contratada não cobrará franquia para esses serviços.

3.1.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TJES, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

3.1.5 - Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

3.1.6 - O valor da franquia normal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), será usado como referências para sinistros ocorridos nos item previstos no item 6.2 do Termo de Referência. Caso o sinistro envolva todo o casco, inclusive carroceria, será cobrada franquia única desse valor.

3.2 – SALVADOS

3.2.1 - Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

3.2.2 - É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUANTIDADE

4.1 - Contratação de seguro total para **65 (sessenta e cinco) veículos** que pertencem à frota do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), conforme especificações constantes na tabela do item 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - A emissão da apólice de seguro deve estar de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados do veículo (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi) e deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, junto com o manual do segurado.

5.2 - As alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e processadas pela Seguradora, através de endosso.

5.2.1 - Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

5.2.2 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas por este Poder Judiciário e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 5.2.4 e 5.2.5 deste contrato.

5.2.3 - Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

5.2.4 - DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO:

5.2.4.1 - Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

5.2.4.2 - Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.2.4.3 - A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento do PJES, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transporte.

5.2.4.4 - Caberá à Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

5.2.5 - DA EXCLUSÃO:

5.2.5.1 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;
12 = Número de meses;
Y = Valor mensal do prêmio por veículo;
Z = Número de meses restantes para o término da apólice;
VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.2.5.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transportes à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

5.2.5.3 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

5.2.5.4 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento do PJES, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transporte.

5.3 - O manual ou documento equivalente deverá conter informações relativas ao funcionamento do seguro do automóvel.

5.4 - A autorização do reparo no veículo segurado deverá ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a comunicação do sinistro.

5.5 - As Indenizações dos prejuízos resultantes dos riscos cobertos pelas garantias ajustadas para as pessoas e veículos deverão ser realizadas em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação oficial feita pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - O Contratante obriga-se a:

6.1.1 - Nos casos em que julgar conveniente, o TJES deverá comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.1.2 - Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos;

6.1.3 - Aguardar autorização da CONTRATADA, antes de proceder a reparação dos danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – A Contratada obriga-se a:

7.1.1 - Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi);

7.1.2 - Garantir o seguro dos veículos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo pelo período contratado;

7.1.3 - Manter, durante a vigência do contrato, preposto especialmente designado para atender à Contratante durante toda a execução do contrato. Devendo, num prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da nota de empenho, informar dados completos do referido preposto à Seção de Transporte do TJES;

7.1.4 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 – O Valor total do prêmio a ser pago pelo lote único à Contratada é de R\$ xx,xx (valor por extenso), conforme detalhamento dos seguros de cada item abaixo. *(inserir a proposta da contratada, incluindo os preços do prêmio para cada veículo)*

8.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo na Apólice, conforme cláusula décima terceira, desde que não haja fato impeditivo para o qual de alguma forma, tenha concorrido a Contratada.

8.3 - O pagamento será feito mediante pagamento de boleto/fatura com código de barras ou creditado em conta corrente bancária indicada na Nota Fiscal, devendo ficar explícitos o banco, agência, localidade e número da conta corrente.

8.3.1 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

8.3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

8.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei 9.317/1996 e a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será ela devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o TJ.

8.6 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para a licitação.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da apólice de seguro, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

9.2 - Com o propósito de coincidir a data de término das atuais apólices de seguro dos veículos do TJES, a vigência da futura apólice de seguro, objeto deste contrato, deverá iniciar-se à 0h00min do dia 03/03/2023 e findar-se às 23h59min do dia 03/03/2024.

9.2.1 - Caso a emissão da apólice ocorra em momento posterior à data inicial prevista no item acima, deverá nela constar o prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua emissão, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme disposto no art.57, inciso II, da lei 8666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

10.2 – No caso de prorrogação, a Contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de BÔNUS, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA NATUREZA DA DESPESA

11.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do TJES alocados na Atividade **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elemento de Despesa **3.3.90.39.69**, consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.2 – O descumprimento do prazo para a assinatura do contrato implicará na cobrança de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com o Estado do Espírito Santo pelo período de até 05 (cinco) anos.

12.3 – A contratada que descumprir as obrigações estipuladas no Termo de Referência e no Edital, ficará sujeito às seguintes sanções:

12.3.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, a contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

12.3.2 - As penalidades acima não excluem as previstas no art. 7º da Lei 10.520, de 18/07/2002;

12.4 – O prazo para emissão da Apólice admite prorrogação nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

12.5 – A solicitação de adiamento do prazo de prestação do serviço deverá ser sempre por escrito, fundamentada e instruída com documentos que comprovem as alegações, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não percebidos da competente prorrogação.

12.6 - A aplicação das multas previstas não exige a contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

12.7 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.



12.8 - DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES:

i - A Administração poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.

ii - As penalidades aqui previstas serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo ou judicial, quando for o caso, além daquelas previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, não eximindo a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

iii - A apuração das penalidades deverá se realizar em processo administrativo autônomo, de iniciativa do gestor do contrato, a ser conduzido pela Secretaria Geral do Tribunal, e apensado, ao final do procedimento de apuração, ao contrato originário.

iv - Na hipótese de o gestor sugerir a rescisão do contrato, deverá avaliar o efeito da medida e o impacto operacional da decisão sobre a continuidade da execução do contrato.

v - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o gestor do contrato deverá notificar a CONTRATADA, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, sendo isso condição para a validade da aplicação das penalidades cabíveis;

b) A notificação deverá indicar no mínimo: a conduta da CONTRATADA reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) As intimações e notificações decorrentes dos atos relacionados ao contrato e aos eventuais processos instaurados para a apuração de falhas em sua execução serão realizadas preferencialmente por e-mail;

d) Fica a Contratada obrigada a informar as alterações em seu endereço de e-mail, considerando-se válidas as intimações e notificações realizadas por meio do endereço de e-mail informado, desde que enviadas nos 12 (doze) meses subsequentes ao fim da vigência do contrato, bem como durante toda a pendência de eventuais processos de penalização em que tenha ocorrido notificação válida;

e) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento ou ciência da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei nº. 8.666/93;

f) Serão consideradas eficazes as notificações enviadas ao e-mail anteriormente indicado pela CONTRATADA, na ausência de comunicação por parte dessa de qualquer alteração, tendo em vista a obrigação da CONTRATADA de comunicar ao gestor do contrato as mudanças de endereço de e-mail ocorridas no curso da vigência do contrato;

g) A defesa prévia apresentada contra a notificação com vista à aplicação de sanção administrativa será dirigida a Subsecretaria Geral do Tribunal e encaminhada ao gestor do contrato para se manifestar e propor penalidade a ser aplicada, ouvidas as unidades do Tribunal eventualmente mencionadas na defesa;

h) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, após manifestação do gestor do contrato, a Subsecretaria Geral do Tribunal de Justiça, ouvida a Assessoria Jurídica da Presidência, acatará a proposta do gestor ou indicará outra penalidade ou medida mais adequada ao descumprimento contratual;

i) A aplicação de penalidades à Contratada cabe à Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, que proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONTRATADA, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

j) As penalidades aplicadas, assim como as possivelmente afastadas, em vista do teor da defesa apresentada deverão integrar os registros da contratada no Tribunal de Justiça.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

vi - Qualquer descumprimento contratual será penalizado, salvo se as justificativas apresentadas pela contratada forem aceitas pela Administração, caso em que a contratada poderá ser advertida de que novas ocorrências poderão acarretar aplicação de penalidade.

vii - O valor da multa aplicada será:

- a)** Retido dos pagamentos devidos pela Administração;
- b)** Pago por meio de Documento Único de Arrecadação - DUA;
- c)** Inscrita em dívida ativa.

viii - Se os valores do pagamento forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

ix - Apurado o valor da multa e não pago, após as cautelas legais será descontado dos valores eventualmente devidos pelo PJ/ES, nos termos dos artigos 86, § 3º e 87, § 1º da Lei 8.666/93.

x - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1 - O objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

- a)** provisoriamente, no ato da entrega da apólice.
- b)** definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da apólice, por servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, que procederá à conferência de sua conformidade às especificações e condições estabelecidas neste Edital. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

13.2 - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da(s) apólice(s), a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

13.3 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 - O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento;

14.2 - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- 14.2.1** - Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação;
- 14.2.2** - Subcontratação do objeto deste contrato, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste contrato sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- 14.2.3** - Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, assim como a de seus superiores;
- 14.2.4** - Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, anotadas pela fiscalização do CONTRATANTE;
- 14.2.5** - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 14.2.6** - Dissolução da empresa;
- 14.2.7** - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudiquem a execução deste contrato;
- 14.2.8** - Razões de relevante interesse público e amplo conhecimento;
- 14.2.9** - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste contrato;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

14.2.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

14.2.11 - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

14.2.12 - Não liberação por parte do CONTRATANTE de área, local ou equipamento para execução dos serviços, nos termos e prazos contratuais.

14.2.13 - Perda da regularidade fiscal ou trabalhista da Contratada no curso do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro de Vitória/ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E por estarem justos e convencionados, assinam o presente termo.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2023.

MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
(Contratante)

NOME
(Contratada)